

3 O padre e o biógrafo

“Escritor de muitos livros e, sobretudo, escritor hoje consagrado nas preferências do grande público, poucos são entretanto os que podem suspeitar os males que se escondem nos livros de Monteiro Lobato” (*apud* BRASIL, 1957). As palavras são de Rubem Nogueira, deputado da Assembléia Legislativa da Bahia em 1957. Foram escritas em nota prefacial ao livro do Padre Sales Brasil, *Monteiro Lobato ou Comunismo para Crianças*, lançado no mesmo ano por uma editora local, com segunda edição pelas Edições Paulinas em 1959. Na década em que alguns dos entrevistados por Penteado relatavam o deslumbramento de sua primeira visita ao Sítio do Picapau Amarelo, o padre baiano escrevia seu livro para denunciar a “influência” insidiosa de Monteiro Lobato sobre as crianças brasileiras. Continuamos diante do “problema ético principal” a que aludiam Penteado e Alvarez, mas desta vez, é frente à literatura infantil, e especificamente a de Monteiro Lobato, que emerge o horror à corrupção das novas gerações.

Comunismo para Crianças é o desdobramento de uma conferência realizada na Associação de Funcionários Públicos de Salvador em novembro de 1956, repetida na Assembléia Legislativa do Estado no mesmo mês. Em apêndice ao volume, uma seleção das objeções e réplicas ao auditório nos dão a medida da luta, que se travava contra um inimigo de fama e status consolidados. “Lobato, em nome da tolerância materialista, em nome da ‘liberdade de pensar’ e em nome de outras coisas sem nome... é inatacável. Pode somente atacar (...)” (*idem*, p.317) – reclamava o padre em resposta à objeção de número 10. As duas objeções anteriores são ainda mais eloqüentes quanto à assimetria dos adversários.

8

Objeção: – A caso pensamos, ao escrever este livro, na importância literária, e pedagógica, e política, e social, e internacional de Monteiro Lobato? *Resposta:* – Não. Só pensamos na importância de Deus, na Divindade de Cristo, na defesa da Virgem Maria, na veneração dos anjos e aos santos, na independência do Brasil, na verdadeira Ordem Social, na verdadeira Cultura, na tranqüilidade da Família e na salvação da Criança.

9

Objeção: – Mas quem se mete nessas lutas, em geral fica sozinho. *Resposta:* – Protestamos! Quem está com Deus e conta com a proteção da Santíssima virgem, nunca está sozinho (*idem*, p.315).

De fato não estava. O livro é endereçado às famílias e colégios católicos de Salvador, especialmente a Associação de País de Família do Colégio das Mercês, e noutra réplica, diz o autor claramente: “escrevo principalmente para os católicos” (*idem*, p.314). O Secretário de Educação do Estado assina outra das notas prefaciais, recomendando o livro como destinado a fomentar “um debate da maior importância para o esclarecimento dos educadores católicos, em torno de um dos escritores mais ilustres e populares do Brasil” (*idem*, p.3). Ainda antes do texto principal, a reprodução de um artigo da *Semana Católica* de 18.11.1956 dá notícia da repercussão da primeira das duas conferências do Pe. Sales. Ele atesta resultado favorável ao orador contra as “contraditas diretas e indiretas” e o “humorismo triste” dos opositores, e por fim sentencia: “Monteiro Lobato foi um errado na Literatura Infantil. Este é o tema” (*idem*, p.5). A recepção favorável ao livro se alargava para além do círculo de Salvador. Dom Francisco Borja do Amaral, bispo de Taubaté, cidade natal de Lobato, escrevia ao Pe. Sales em 1958 para louvar a iniciativa e parabenizar a segunda edição do livro; o mesmo fazia o monsenhor Álvaro Negromonte, personagem importante do movimento anti-liberal católico nas décadas anteriores:

Este livro devia ter vindo há muitos anos, para evitar os imensos males que anda espalhando a literatura infantil de Lobato. Sempre tive, aqui e ali, pequenos estudos da obra demolidora de Lobato, desde que começaram a circular seus livros. Fui um dos primeiros a combater essa influência perniciosa, na tribuna, na imprensa e no rádio (*apud* CAMÕES FILHO, 2012).

Comunismo para Crianças acusa o escritor paulista de induzir as crianças brasileiras a uma longa lista de negações perniciosas, cada qual dedicada a um capítulo: da divindade de Cristo, da existência de Deus, da superioridade da cultura cristã, da espiritualidade da alma, do vínculo matrimonial indissolúvel (Emília é “divorciada” do Marquês de Rabicó), da hierarquia social, da independência da pátria, do direito à propriedade particular, da cultura clássica de matriz cristã, do respeito aos pais e à família. No topo, sintetizando todos os pecados do escritor, está o materialismo, a negação da existência de algo superior à matéria. Tomado

em seu conjunto, o percurso expõe a figura e os textos de Monteiro Lobato a três ordens distintas de argumentos – ideológicos, teológicos e morais –, na seqüência.

A primeira delas justapõe Lobato e Luiz Carlos Prestes, versus Rui Barbosa, o papa Pio XI e outros defensores da Igreja contra o comunismo. Como no provérbio bíblico, a análise textual guia-se pelo princípio das companhias. Por isso é necessário refutar os elogios de Rui Barbosa e Plínio Salgado ao autor de *Urupês*¹. A contraposição do escritor a figuras mais idôneas segue a premissa metodológica do livro, o confronto de argumentos de autoridade, sendo “o próprio Monteiro Lobato, autoridade no dogma das negações materialistas e autor dos livros em que afirmamos haver essas negações, quem há de encher o maior espaço de nossa tese” (BRASIL, 1957, p.31). A premissa justifica uma exegese estreita, com a qual percorre-se com facilidade todos os livros do Sítio do Picapau Amarelo, separando o joio do trigo, os amigos dos inimigos².

A segunda ordem de argumentos submete Lobato ao crivo dos evangelhos. *HM* é o alvo primordial desta crítica. No livro, Lobato afirma que Cristo “virou” Deus, do mesmo modo que os egípcios “viraram” o Sol e a Lua em seus deuses: negação da divindade, nivelamento das religiões (todas construtos dos homens) e negação da superioridade da cultura cristã (*idem*, p.47-59). Pela mesma negativa são refutados os elogios de Dona Benta a Lutero e Henrique VIII, e numa passagem de *DQC*, recrimina-se a fala de Pedrinho, que diz em certo momento “Roldão encarnou-se em mim”, como um sinal de doutrinação espírita. Em *SC*, o padre censura a mistura do Negrinho do Pastoreio, santo milagroso do Rio Grande do Sul, com outras criaturas do “baixo folclore”; e em *PA*, implica com o anjinho que, ao cair no Sítio, é situado pelo narrador ao nível das fadas e sacis (*idem*,

¹ Uma das objeções argüi o orador sobre a palestra de Plínio Salgado em Taubaté, noticiada pelo jornal *A MARCHA* de 17 de maio de 1957, na qual o líder integralista elogiava o autor de *Urupês* como um dos maiores nacionalistas do Brasil, estranhando como poderiam os comunistas pretender que ele fosse um dos seus (BRASIL, 1957, p.310). A réplica retoma o argumento usado na introdução para refutar o famoso discurso em que Rui Barbosa também elogiava o Lobato de *Urupês* (*idem*, p.23-24), publicado na Revista do Brasil em abril de 1919, e que alavancou o início da carreira do escritor. Para o padre, o “profundo conhecedor da doutrina e tática comunistas” e o “anticomunista Rui Barbosa” consideraram a figura do Jeca Tatu, mas não do Zé Brasil, caso em que não hesitariam em admitir o comunismo de Lobato. *Zé Brasil foi* publicado no jornal comunista Tribuna Popular e reeditado como um livreto de 24 páginas pela Editorial Vitória em 1947. Nele exaltava-se nominalmente a Luis Carlos Prestes e seu projeto de reforma agrária.

² Uma foto d’*O Globo* de 16.05.1957 é reproduzida no miolo da publicação mostrando a reunião de um grupo de acadêmicos russos discutindo a obra infantil do escritor (*idem*, p.169): prova material da conjunção entre seu texto e o comunismo/marxismo-leninismo, “intrinsecamente perverso”, nas palavras de Pio XI (*idem*, p.116).

p.65-69; 89; 122). A aproximação entre fé e superstição também é criticada em várias cenas da personagem Tia Nastácia.

Ainda nesta linha de argumentação, Lobato é repudiado por sua adesão às teorias evolucionistas do “cientificamente desacreditado *Roberto Darwin*”, encontra o elogio do criacionismo, “que por ser eterno, será sempre considerado moderno - vencedor inexausto e invencível” e é criticado por interpretar equivocadamente o transformismo de Lavosier, que “sendo católico e sábio, sabia que o Universo teve um Criador, com C maiúsculo” (*idem*, p. 34; 33-34; 39). Em momento algum os argumentos evoluem para uma discussão teológica dos fundamentos de outras religiões, ou uma defesa “científica” do criacionismo. Eles se mantêm, como nas outras linhas argumentativas, à superfície dos longos amontoados de citações e dos comentários enxutos que freqüentemente caminham na direção das reticências, como se mimetizando a estratégia argumentativa cuja excelência é reconhecida no adversário³. O rol de absurdos teológicos assinalados pelo padre segue ocupando quase metade do livro, perpassando a negativa dos santos e de virtudes católicas como a caridade, somente justificáveis, afirma, quando se coloca a importância literária de Lobato, acima do amor e da fé “que, entre pedagógicos aplausos, podem ser destruídos no coração das crianças. Contanto que sejam em ‘boa literatura’...” (*idem*, p.51).

A essa altura já se percebe, sem nenhuma surpresa, que o autor aspira um auditório mais amplo. Contradizendo a réplica transcrita no apêndice do livro, ele não se dirige apenas aos católicos. Em *MN*, Dona Benta diz a Pedrinho que a liberdade de pensar dos gregos traduzia-se também no modo como lidavam com seus deuses, fazendo-os à sua imagem e semelhança. “Que beleza!”, exclama Pedrinho. “*Que beleza!* [exclama o padre], progenitores e mestres brasileiros, é essa literatura que ensina às crianças de um povo cristão, que não nós, porém Deus é que deve ser criado à nossa imagem e semelhança” (BRASIL, 1957, p.54). O livro dirige-se a todos os brasileiros, como fica explícito no último capítulo, uma espécie de sermão sobre a brasilidade, no qual, parágrafo a parágrafo, parafraseia-se a mesma definição:

Brasilidade é a doutrina que recebemos de nossos avós, e a que aderimos pela investigação de nossa inteligência e por necessi-

³ Assim define Lobato na introdução: “Escritor de maravilhosa e raríssima habilidade no emprego das reticências e de meias palavras; doutrinador, cujo verdadeiro pensamento se encontra muito mais no que não que diz do que no que diz (...)” (*idem*, p. 13).

dade de nosso coração; doutrina segundo a qual Deus é a causa eficiente e final do Homem e do Universo. (*idem*, p.302).

Ainda que *Comunismo para Crianças* seja um libelo anticomunista desde o título, não é possível dizer que os argumentos ideológicos se sobrepõem aos demais no conjunto. O comunismo é aqui, sobretudo, um anticatolicismo, e os dogmas católicos enraízam-se no campo da moral como paradigma dos bons costumes. Em todo caso, haja vista o seu público-alvo (a família e a escola), o que está em jogo é uma leitura pejorativa da infância nos livros infantis de Lobato. Pedrinho senta-se na varanda com os pés em cima da grade em *PV*; citações de praticamente todos os livros são compiladas para demonstrar que Emília berra o tempo todo, e que também xinga e mostra a língua aos mais velhos. A linguagem entre as personagens-infantis, principalmente a de Emília, é chula e cheia de palavras “que nem num círculo mais reduzido de pessoas educadas se admitiram” (*idem*, p.299). Em *CHT*, uma vez reduzidos, os personagens se despem de suas roupas para evitar se tornarem alvo de animais e outros predadores “tamanhudos”, nudez que não deixa de ser castigada pelo Pe. Sales (*idem*, p.149-150). O divórcio da boneca é interpretado ao pé da letra – “Esta separação, já se disse por *brinquedo* e bem claro (...) é divórcio” (*idem*, p.147) – e retomado ao longo do livro com requintes de ironia. Numa passagem de *Fáb* (p.52), o narrador descreve que Emília rebolou-se toda ao ser chamada de “dama” por Dona Benta, ao que o padre comenta: “E com muita razão: muita honra para uma pobre ex-marquesa...” (*idem*, p.268).

Os pequenos leitores ainda seriam instigados à mentira, desacreditados do valor da verdade pela declaração de Emília a Dona Benta no princípio de suas *Memórias*. “Que é a verdade? – pergunta Benta – “Pois eu sei! Gritou Emília. Verdade é uma espécie de mentira bem pregada, das que ninguém desconfia só isso”, ao que o narrador complementa “Dona Benta calou-se a refletir naquela definição” (*ME*, p.8). O silêncio da personagem é tomado como prova de sua fraca autoridade e negligência na correção da boneca e das crianças (BRASIL, 1957, p.136; 152; 181; 280-283). Novamente, é Emília o móvel de todo o desrespeito a uma longa lista de autoridades ligadas ao círculo familiar. Esse é o mote de um capítulo inteiro do livro, intitulado *Negação do respeito devido aos pais, superiores, pessoas idosas; negação da polidez e das boas maneiras*, cujos intertítulos fragmentam o texto minuciosamente conforme cada uma das figuras de autoridade

subvertidas pela pena do escritor – *Pai, Mãe, Avós, Madrasta, Mestres e Educadores, Conselheiros, Governo Eclesiástico, Governo Civil, Autoridades Militares, e Pessoas Idosas*. A escalada do argumento estabelece a família como célula-máter da sociedade e origem de todos os seus desvios.

Finalmente, as últimas palavras do livro são um clamor ao governo, aos editores, jornalistas e livreiros para que impeçam o avanço dessa literatura que...

[...] transportando idéias disfarçadas em boneca, e sabugo de milho, e estrelinhas, e insetos, e Pedrinhos e Narizinhos – vai bombardeando além: as resistências do futuro. Clamor aos responsáveis pela tranquilidade do Brasil, para que – imitando o exemplo que, a este respeito, nos dá o glorioso e por nós venerado Portugal⁴ – tenham mão nesses revolucionários *de brinquedo*. Nesse “pessoalzinho”, que, dizendo-se habitar no “chamado mundo de mentira”, vai emigrando de verdade para tantas inteligências; pixando a inocência das crianças – o muro mais limpo entre os que protegem e exornam a cidadela de nossas tradições (*idem*, p.307).

Essa passagem descreve a influência da literatura infantil sobre o comportamento das crianças leitoras como transposição direta de ações “de brinquedo” para o mundo real. No livro, o argumento é extrapolado ao ponto de considerar que Emília pudesse instigar seus leitores ao suicídio⁵! A margem de ficcionalidade do texto de Lobato é contraída radicalmente. Os personagens-infantis são *como crianças de verdade*⁶ e suas atitudes julgadas segundo um determinado padrão de infância, que visa regular desde as disposições corporais até as relações sociais e familiares, sob pena de produzir uma geração aberrante de futuros adultos. Aqui, *brinquedo* e *brincadeira* apenas ironizam a “falsa inocência” dos textos do escritor, negligenciando a imaginação, a fantasia e o jogo, considerados pela grande maioria dos seus leitores e críticos como as características centrais e distintivas de sua escrita para crianças.

⁴ Portugal chegou a proibir a circulação de livros de Lobato em seu território. Ver adiante, p.34.

⁵ “Outro tipo de brincadeira muito imprópria para os meninos: ‘Se em vez de boneca eu tivesse nascido gente grande (pondera Emília), sabem o que fazia? Suicidava-me...’ Muito engraçadinho isto! E pedagógico... Dirão que se trata de uma simples brincadeira. Mas quem é capaz de escrever – para crianças ! – uma brincadeira desta ordem, é porque também podia – para os adultos – escrever aquela desordem: ‘E se tudo for perdido’ (era na 2ª Guerra Mundial) ‘se a Rússia, o inglês e os americanos caírem [...] ainda nos resta uma coisa, uma solução: a morte. *O suicídio*’. Não admira, portanto, a brincadeira de Emília, sobre se ‘fosse gente grande’...” (*idem*, p.102-103). Para a fala de Emília, ver VAC, p.98; a fala de Lobato é extraída de uma citação de Cavalheiro (1955, p.508).

⁶ Também aqui Alvarez se aproxima do Pe. Sales: “Lobato não criou mitos. Mostrou seres humanos em plenitude. Ou, pelo menos, na plenitude da infância. Essa nos parece a essência de sua obra como escritor de literatura infantil. Não programou seres humanos. Não plasmou simulacros de crianças. Sua contribuição foi ter mostrado pessoas vivendo” (ALVAREZ, 1982, p.41-42).

O conteúdo-chave da infância destacado em *Comunismo para crianças* é a inocência, e, implicitamente, o seu correlato: o pendor à imitação. “É o próprio Lobato quem, aliás, nos previne: A GENTE QUANDO É CRIANÇA, PRESTA ATENÇÃO A TUDO E IMITA” (*idem*, p.34)⁷ – diz o padre. Assim, inocência e imitação constituem a natureza da criança. Se Lobato parece aderir ao segundo elemento, é difícil sustentar, até pelo que já expôs o próprio Pe. Sales, que o primeiro seja um aspecto igualmente central à concepção de infância delineada em seus livros. Por isso o comentário a seguir soa como um paradoxo e uma tentativa de imputar ao escritor o reconhecimento deste aspecto:

[...] fazemos aqui a mesma observação que temos ajuntado a outras citações em que o pensamento de Lobato está mais no que na diz do que no que diz: admitamos a probabilidade de serem mais adequadas outras interpretações que divirjam da nossa. Só não admitimos que o “célebre ar de anjo de inocência”, que caracteriza a Emília, inspire qualquer cuidado aos “inocentes úteis” ou aos que vêm qualquer utilidade na inocência... (*idem*, p.250).

O que queria dizer com “inocentes úteis” e “utilidade na inocência”? Que a suposta inocência de Emília não deveria ludibriar as verdadeiras crianças, inocentes, ou aqueles que delas cuidam e querem bem? Ou, ironizando, que Lobato fazia um uso dissimulado da inocência, como revestimento e subterfúgio das maldades de seus personagens? Qualquer que seja a interpretação plausível, para ele, Lobato era mais perigoso na medida em que conhece e manipula essas verdades da psicologia infantil, dosando-as conforme a idade.

Profundo conhecedor da psicologia infantil, ora se contenta com distrair as crianças dos naturais afetos para com Deus, ora se aplica jeitosamente, às falsas demonstrações de materialismo dogmático dialético, segundo esteja a criança na idade dos simples afetos, ou já na idade dos porquês (*idem*, p.28).

A retórica nacionalista beligerante, contra o comunismo e aliada à defesa da moral católica, situam o livro no mesmo terreno discursivo dos movimentos políticos de extrema direita da primeira metade do século XX, como aqueles capitaneados por Plínio Salgado⁸ e Jackson de Figueiredo. Curiosamente, Alceu Amoroso Lima, sucessor deste último à frente do Centro Dom Vital e fundador do Centro de Estudos Católicos Superiores na década de 30, recusou o convite para prefaciar

⁷ A citação em letras garrafais é extraída de um diálogo de Dona Benta (*SDB*, p.12).

⁸ Vide nota 16.

o livro do livro do Pe. Sales Brasil. À época de seu lançamento, escrevera carta ao jornal *O Globo* em que reafirmava o juízo católico sobre a filosofia de vida do escritor, mas sustentava que esta devia ser separada de sua técnica literária, esta sim admirável e de grande valor (Cf. CAMÕES FILHO, 2012). É ele quem prefaciará, décadas mais tarde, o ensaio de Alvarez premiado pela ABL. Em 1979 ele era membro da casa e professor de literatura aposentado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu prefácio, destacou o valor da literatura infantil de Lobato na formação ética da juventude “através de um processo essencialmente lúdico” (ALVAREZ, 1982, p. s/p), e justifica o prêmio como forma de corrigir uma dívida de reconhecimento da ABL para com o autor. Ainda que nem o prefaciador nem o prefaciado mencionem as polêmicas entre Lobato e a Igreja Católica, Alvarez constrói um argumento que é simultaneamente a antítese e a síntese das críticas que eram dirigidas ao autor, recompondo com sinal positivo aquilo que Amoroso Lima havia separado. A pedagogia do escritor, diz, seria a de ensinar as crianças a manter o senso crítico sem abdicar de sua personalidade, uma atitude que o Alvarez vincula às Igrejas Cristãs, especialmente a católica.

Esse reconhecimento cristão do livre-arbítrio, por parte de um livre pensador, introduz mais um elemento de coerência na obra de Lobato, ao contrário do que pode parecer à primeira vista. O livre-arbítrio não se confunde com o livre pensar. São categorias distintas, perfeitamente diferenciadas. As personagens infantis lobatianas tem livre-arbítrio. Não são livres-pensadoras, pelo menos não no sentido em que a palavra era usada a quarenta anos” (ALVAREZ, 1982, p.13).

De maneira inusitada, o fantasma de Lobato é colocado a serviço da Academia e da Igreja, instituições que ele atacara em vida com todo o seu atrevimento⁹.

⁹ Lobato tentou ingressar na Academia duas vezes. Na segunda, escreve a Rangel contando de sua desistência. “Minha segunda aventura na Academia... Da primeira vez me apresentei logo e depois me arrependi e retirei a apresentação. Desta vez foi o Leonídio Ribeiro, grande amigo daqui que me empurrou. Inscrevi-me, e cheguei mesmo a fazer duas ou três visitas. Mas a velha vergonha voltou. Larguei mão. Um dos meus competidores está se revelando prodigioso na cabala. Faz tudo quanto eu não tenho animo de fazer. A força dele, porém, estava no ineditismo. Como não possuísse nenhuma obra que o exteriorizasse sob forma gráfica, dele diziam os seus cabos eleitorais maravilhas: que era um gênio todo latências e, pois, mereceria entrar como o Afrânio [Coutinho] e Graça Aranha, esses dois que se imortalizaram inéditos mas depois produziram coisas excelentes e desse modo perderam as aspas. Ora, você compreende que é difícil lutar com um homem assim, armado com armas em que eu não pego e tão tremendo de latências. Eu, que dei? Uns livros de contos. Mostrei, pois, as minhas cartas. E ele? Ah, ele tinha lá dentro Comedias Humanas e Divinas Comédias. Luta muito desigual. Desisti. Mas aconteceu uma coisa curiosa. Não satisfeito com a magnífica contagem dos pontos, o Latente resolve dar amostra das riquezas internas: mostrar um

Mas voltemos à discordância entre Amoroso Lima e os defensores do Pe. Sales. Ela é realmente digna de nota porque mostra uma cisão nos setores católicos conservadores na sua apreciação da obra infantil de Lobato. Edgard Cavalheiro soube se aproveitar muito bem dessa cisão em sua narrativa das polêmicas deflagradas pela 1ª edição de *História do Mundo para Crianças*, em 1933. Em sua biografia do escritor, ele conta que o livro suscitou um parecer negativo do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola pouco tempo depois de seu lançamento. O documento acusava o texto de incutir dúvidas no espírito das crianças quanto às ações do governo, e reputava quaisquer ironias sobre os princípios religiosos como falta grave contra todo trabalho educacional. Na mesma década, o governo português proibira a circulação dos livros do escritor em seu território e colônias (CAVALHEIRO, 1955, p.177-178). Concomitantemente, ainda segundo Cavalheiro, todos os colégios católicos do país mandaram retirar os livros de Lobato de suas bibliotecas, acusando-os de excessivo regionalismo, de comunismo, de críticas ao Brasil, à religião, etc.

Algumas gazetas católicas passam mesmo a publicar, em amplos quadrados, este anúncio: “CUIDADO! Tornamos a avisar a todos que o livro ‘História do Mundo para Crianças’ é péssimo e não pode ser lido...” No externato do Colégio Sacré Couer de Jesus, em Laranjeiras, Rio de Janeiro, Capital do Brasil, piedosa freira solicita de todas as alunas que possuam livros do criador de Narizinho, que os levassem ao colégio, para certo fim não muito bem especificado. ‘Reunidos os volumes, depõe Raul Lima, a Revma. Irmã e educadora fez uma fogueira, com alguns paus de bambu, e queimou-os todos’. Um autêntico auto-de-fé. Em pleno 1942! Na capital do Brasil! (*idem*, p. 179)¹⁰.

Em seguida, resume os argumentos que levaram aqueles livros à fogueira a partir de um boletim da Liga Universitária Católica Feminina, que passara em revista todas as obras do escritor¹¹. O boletim começava por reconhecer que Loba-

rabinho da Divina Comédia ou um cabelinho da Comédia Humana. E, inopinadamente, com surpresa geral, bota um livro, como franga nova bota um ovo. Ouça agora esta. Gosto muito do Coelho Neto e vou lá sempre. Da última vez encontrei-o furioso (Neto é o maior padrinho do Latente). – ‘Que houve, neto? Que zanga é essa?’ E ele, brandindo no ar um livrinho: - ‘É este sujeito. Deu-me um trabalhão preparar a sua entrada para a Academia e agora, que estava com tudo quase assegurado, sabe o que ele faz? Publica este livro - veja! Mas já o adverti severamente pelo telefone: Se outra coisa qualquer antes da eleição, retiro o meu apoio ao seu nome e retiro até meu voto pessoal!’ Rangel, Rangel: nós somos dois matutinhos do sertão...” (BC2, 11.02.1926, p.289-290)

¹⁰ Um dos entrevistados de Penteadó (1997), GL, psicanalista, tinha entre 55-56 anos em 1997, narra o mesmo fato com uma ligeira incongruência de idade, afirmando a intencionalidade das freiras no recolhimento dos livros (p.306).

¹¹ Cavalheiro não indica a data do documento, provavelmente posterior a 1944, visto que chega a comentar *Os Doze Trabalhos de Hércules*, último livro escrito pelo autor e lançado naquele ano.

to fora o primeiro no país a de fato constituir uma literatura infantil, que antes careceria da espontaneidade dominante na fantasia da criança. Admitia que com Lobato havia pela primeira vez uma literatura que prendesse o interesse dos pequenos leitores, e o mais importante, na qual o ambiente e o espírito brasileiro eram apresentados em linguagem de valor literário indiscutível. Mas advertiam:

Há em todas elas situações, episódios, conselhos, conclusões morais que expressam grande pessimismo no valor dos homens, na sua capacidade de aperfeiçoar-se, numa ironia nada construtiva, mas quase sempre ao alcance da inteligência infantil e, por isso mesmo, perigosa (*apud* CAVALHEIRO, 1955, p. 180)

O documento descrito por Cavaleiro situa-se a meio caminho entre as posições esboçadas por Amoroso Lima e pelo Pe. Sales nos anos 50. De um lado reconhece as inovações estéticas introduzidas por Lobato na escrita dos livros para crianças, de outro, antecipa todas aquelas reprovações morais presentes no livro do padre baiano: o divórcio de Emília; a negação do criacionismo e as explicações da origem da vida por geração espontânea, transformismo, evolucionismo e darwinismo; a descrença na certeza ontológica da verdade, as inverdades e irreverências para com a Bíblia etc. Salvar-se-iam sem condenações morais apenas *VC*, *RN*, e *Ref.Nat.*. Nem mesmo esses escaparão às acusações do padre em 1957.

Demonstrada a continuidade da polêmica, sua passagem da efemeridade das folhas de paróquia ao formato livro, saldada pelo monsenhor Álvaro Negromonte, indica uma tentativa canhestra de elevá-la ao nível da crítica literária. Aqui e ali em *Comunismo para Crianças*, quase como um cacoete, surgem pistas nesse sentido¹². Vide em especial a nota de rodapé em que o autor explica os usos da biografia de Cavaleiro:

Julgamos de muita importância mostrar como na sua obra infantil Monteiro Lobato não se desmente dos livros que escreveu para os adultos. Esta é a razão por que, algumas vezes, pouquíssimas aliás, recorreremos a testemunhos do autor e do seu principal biógrafo, quando tratam das mesmas negações contidas em outros livros que não os infantis (BRASIL, 1957, p. 38-39)

¹² “Se Moisés não afirmasse ter recebido a lei das mãos de Deus, ninguém lhe daria importância... [diz citando um diálogo de Dona Benta em *HM*, p.33-34, e acrescenta] Apenas um comentário: E quem ‘daria importância’ ao critério de um *crítico* e *sociólogo* que ‘afirmasse’ não serem os Dez Mandamentos o código mais perfeito para a sociedade humana (...)” (BRASIL, 1957, p.76); “(...) lembrávamo-nos também de que, numa crítica literária, não basta ir caminhando pelo chão dos livros muito mais importante é sentir-lhes o clima e o ar...” (*idem*, p.264);

Não é somente nas notas de rodapé que o padre e o biógrafo se cruzam. Os dois aspiram a uma dimensão crítica, a um público mais amplo, e partem de uma questão em comum: depois de morto, quem era Monteiro Lobato afinal? Intelectual de renome e fundador da literatura infantil brasileira ou corruptor de crianças? Eles se engajam - não diretamente, não entre si, e através de públicos distintos – numa mesma disputa em torno da memória do escritor. Mas se para Cavalheiro é preciso sepultar a crítica católica (não é por acaso que sua descrição ressalta o anacronismo e o obscurantismo da queima dos livros de Lobato), para o primeiro o discurso do biógrafo é secundário e transparente, mero duplo do testemunho do autor, salvo nos momentos em que corrobora os ataques feitos ao biografado¹³. Em seu afã por desfazer a imagem triunfante de Monteiro Lobato, o padre ataca o morto, e ignora que seu verdadeiro adversário é outro sacerdote.

É com a dedicação de um sacerdócio que Cavalheiro constrói seu *Monteiro Lobato: Vida e Obra*, dois grossos volumes perfazendo pouco mais de 700 páginas, publicados pela primeira vez em 1955, quase uma década depois que o escritor lhe confiara o seu arquivo pessoal. Eles estabelecem um percurso em 25 capítulos, do nascimento à morte do autor. Alguns recortam períodos ou fases da vida de Lobato: a infância na fazenda do avô em “O neto do visconde”, os anos de colegial em “A insofrida adolescência” e os tempos de promotor do município de Areias em “Oblivion, Itaoca”. Outros decantam diferentes *personas*: o editor em “Livros, livros a mancheias”, o literato em constante conflito com o homem de negócios em “Milhos e Pérolas”, etc. Outros ainda se definem em relação a algum livro ou temáticas recorrentes em vários textos do escritor: os contos de *URU* em “Doze histórias trágicas”, o diário de mocidade em “Mundices da Lua”, o inquirido sobre o Saci em “A bestinha baia”, a rejeição às modas francesas em “Guerra aos Macacos”, o apoio à sanitização em “O Brasil é um vasto hospital”, sua obra infantil em “O Sítio do Picapau Amarelo”, etc. Todos os capítulos estabelecem uma relação mais ou menos direta com algum livro do escritor e o percurso não esgota todas as páginas, que da metade do segundo volume em diante, apresentam uma enorme compilação de bibliografias, listas e apêndices. Ali são elencados

¹³ “Lobato, segundo Edgard Cavalheiro – de cujo testemunho nem precisávamos – é ‘tudo alheio às idéias de Bem e Mal’” (*idem*, p. 137-38); “(...) segundo o supérfluo testemunho de Edgard Cavalheiro (...)” (*idem*, p. 171); “Ninguém mais insuspeito que Edgard Cavalheiro para nos transmitir a notícia (...)” (*idem*, p. 240); “Edgard Cavalheiro (...) reconhece que o seu biografado era *insensível à grande poesia*” (*idem*, p. 251).

todos os livros e artigos publicados por Monteiro Lobato (reunidos ou não em livros até aquele momento), manuscritos, traduções, nomes de correspondentes ativos e passivos do autor, depoimentos colhidos pelo biógrafo e reproduções de textos ilustrativos de diversos períodos de sua existência.

Esse arranjo indica que não se trata apenas de uma biografia. O pólo verdadeiramente forte do trabalho de Edgard Cavalheiro é a *obra*. A vida está a serviço do entendimento da obra e de um entendimento como restituição de uma falta. Desde os capítulos iniciais o principal argumento elaborado por Cavalheiro é o da vocação literária do biografado. O livro começa com a cena do parto de Lobato, na qual fica-se sabendo que seu nome de batismo era José Carlos, cujo apelido “Juca” é utilizado pelo narrador para distinguir a *persona* do Lobato-criança. A descrição da sua primeira lembrança já evoca uma de suas futuras histórias infantis. Aos 5 anos de idade, acompanhando o pai numa caçada, “sua primeira aventura romântica”, o garoto observa o sombrio da mata e se põe “naquele estado de espírito com que fixaria, muitos anos depois, o Pedrinho, quando às escondidas de Dona Benta, penetrou pela primeira vez no capão de mato do Tucano Amarelo, onde havia até onça” (CAVALHEIRO, 1955, p.7). A sobreposição entre a infância do autor e as histórias do Sítio é retomada de maneira contundente ao final do capítulo:

Dando um balanço nas lembranças de infância, de que se recordara Monteiro Lobato velho? Das aventuras da Fazenda, quantas não terão sido transportadas para as aventuras dos habitantes do Sítio do Picapau Amarelo? Pedrinho caçando onças, é Juca de Flaubert em punho penetrando nos capões do mato de Santa Maria. Os lambaris do ribeirão das Águas Claras fisgaram muitas vezes o anzol da vara de pescar que empunhava trêmulo de emoção. Dos brinquedos com os sabugos de milho, sairia mais tarde o Visconde de Sabugosa; o Rabicó comeria certa vez enorme abóbora reservada a Dona Olímpia... Vó Anacleta contava-lhe histórias, era paciente como todas as vovós, e deixava-o e as irmãzinhas fazerem tudo quanto queriam (*idem*, p.14).

Assim como o libelo do Pe. Sales Brasil, a biografia escrita por Edgard Cavalheiro fixa uma determinada leitura da infância nos livros infantis de Monteiro Lobato. Neste caso, as histórias e personagens do Sítio do Picapau Amarelo são inscritas na experiência subjetiva da infância do autor. Uma infância esplêndida, sem “nenhum choque a traumatizar-lhe a sensibilidade infantil” (*idem*, p.22). Mas tudo seria apenas uma alegoria, não fosse o modo como essas sobreposições são

retomadas ao longo da biografia. No capítulo “O Sítio do Picapau Amarelo”, Cavalheiro comenta que Lobato inicialmente dera pouca importância a suas histórias para crianças. Elas teriam surgido como uma espécie de fuga à agitação da vida em São Paulo. Divertia-se com elas e aos poucos vão ganhando corpo, os personagens vão lhe ocorrendo ao sabor do acaso. Até que:

Em Nova York, numa tarde desocupada, a saudade da Pátria começa a doer-lhe. (...) A infância volta inteira, insubstituível. A primeira entrada na floresta. O circo de cavalinhos. As irmãs. O alpendre. O colo materno... O mundo de criança se reconstitui sereno, perfeito, e aquilo lhe dá prazer. (...) Não pensara até aquele momento, que naquelas historietas o melhor era o seu próprio mundo infantil que, meio inconsciente, reconstituíra, com a pureza e a inocência que só as lembranças da infância permitem ao adulto (*idem*, p.163).

Parte central de sua estratégia argumentativa é a constituição desses circuitos explicativos compostos por recuos e projeções. Tomemos como exemplo apenas aquele que explica sua maturação como escritor: 1 – A reconstituição das brincadeiras do pequeno Juca, móvel do primeiro capítulo, estabelece um traço fundamental de sua personalidade: o peralta recluso, que toma a literatura como brinquedo (*idem*, p.15-16); 2 – O primeiro texto, publicado aos 14 anos num jornalzinho estudantil em Taubaté, revela o gérmen de espírito crítico numa prosa ainda sem grandes qualidades literárias (*idem*, p.25); 3 – Ao episódio da primeira reprovação em Português, transcrito das cartas de Lobato à sua mãe, comenta o biógrafo: “Mas é impotente, nada poderá fazer pelo menos por enquanto. Mais tarde se vingará da gramática e dos gramáticos” (*idem*, p.23), referência indireta à recorrência do tema nos contos do autor e em *Emília no País da Gramática*; 4 – A intensa vida literária do internato em São Paulo, descrita minuciosamente, lhe serve de “terreno propício para o desabrochar da vocação nascente” (*idem*, p.33); 5 – Na faculdade de Direito, não havia do que

[...] envergonhar-se Monteiro Lobato, ao recordar a literatura publicada no ‘Minarete’, n’‘O povo’ e demais jornaizinhos em que tão abundantemente colaborou (...). Ao contrário: o que se pode concluir é conterem tais escritos as principais qualidades que irão, depuradas, caracterizar-lhe a prosa (*idem*, p. 73).

Desse modo é com facilidade que Cavalheiro rejeita a tese de que Lobato se tornou escritor por acidente.

Corre a lenda – endossada pelo próprio autor – de que a divulgação do artigo ‘Velha Praga’ fora da seção de queixas e reclamações do jornal [O Estado de São Paulo], estimulou o fazendeiro a reincidir [na literatura], e que reincidindo se transformara, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam um ‘homem de letras. A lenda é bonita, mas outra é a realidade: em novembro de 1914 Monteiro Lobato era escritor feito, embora praticamente inédito, pois quase tudo quanto tinha produzido até então fora divulgado com pseudônimos (*idem*, p. 129-130).

O que é realmente curioso nesse último excerto é que ele mostra uma divergência entre biógrafo e biografado. Todas as projeções, sobreposições e recuos mencionados até aqui foram pautados em formulações do próprio Lobato. Mesmo a tese do “retorno da infância” durante o período nos EUA tem respaldo na correspondência do escritor com seu amigo Godofredo Rangel. Esse é o mecanismo que produz o *efeito de verdade* que faz desta biografia a baliza incontestada dos chamados “estudos lobatianos”¹⁴. Acontece que Cavalheiro não é somente um biógrafo “bem informado”. Ele não herdou apenas o arquivo pessoal de um escritor, mas um gigantesco aglomerado de teias discursivas pelas quais Monteiro Lobato produziu a si mesmo durante mais de 40 anos. O modo de Cavalheiro é refazer a teia, misturar-se ela, ampliar suas ligações, sempre preservando os ligamentos originais. Por isso aquela divergência é tão significativa. Como ela, outras aparecem sempre que o biografado insiste em negar o próprio pendão literário. Para Cavalheiro, falta a Lobato a consciência mais profunda de sua vocação (*idem*,

¹⁴ Numa coletânea recente publicada com o desejo de abrir novos rumos para pesquisas sobre as histórias do Sítio e seu autor, João Ceccantini, um dos organizadores do volume, define assim a importância da biografia escrita por Cavalheiro: “Apenas sete anos após a morte de Lobato (1882/1948), essa obra fundadora pôs em circulação uma quantidade substantiva de informações sobre o escritor desconhecidas na época, bem como apresentou de maneira organizada inúmeros outros dados que se encontravam dispersos nas mais diversas fontes. Cavalheiro, contemporâneo de Lobato, teve amplo acesso ao arquivo do escritor, confiado por ele ao jovem ensaísta poucos anos antes de falecer, o que possibilitou a composição de um vasto e esclarecedor painel voltado a contextualizar a caudalosa produção de Lobato e importantes aspectos de sua existência. O trabalho gigantesco de Cavalheiro tornou-se uma baliza absoluta para os estudos lobatianos que se produziram desde meados da década de 1950, tendo sido referido, citado e parafraseado por sucessivos pesquisadores dos mais diferentes perfis – daqueles que tiveram o zelo e o rigor de atribuir a Cavalheiro a origem de muitas das informações e idéias sobre Lobato expostas a novas gerações de leitores àqueles que, menos cuidadosos, nem sempre deixaram devidamente esclarecido que muito do que expunham em seus textos limitava-se a uma espécie de síntese ou diluição da obra de Cavalheiro, sem a consulta a novas fontes primárias ou o aporte de idéias originais, de fato” (LA-JOLO; CECCANTINI, 2008, p. 67–68). O trecho é extenso, mas representativo dos usos dessa biografia numa determinada tradição. O que me é mais problemático nessa denúncia é que ela traz implícita uma adesão irrestrita ao trabalho do biógrafo, negligenciando as circunstâncias em que foi produzida a sua narrativa. Ter sido ele um contemporâneo e ter escrito a biografia ainda próximo à morte do autor me parece menos um atestado de confiança do que um pedido de interrogação.

p.230). Sua tarefa é restituí-la ao morto, e não apenas por homenagem. Não é por isso que ele retoma os elogios de Lúcia Miguel Pereira, Guimarães Menegale e outros críticos de jornais da época quanto às obras infantis do autor. Não é por isso que diz que suas histórias “se desenvolvem da maneira como a criança vê o mundo e a vida” (*idem*, p.176), ou que ressalta sua capacidade de perceber na prática “essas verdades fundamentais da psicologia infantil” (*idem*, p.166). Mas para defender Lobato e sua obra contra as diatribes publicadas pela Liga Universitária Católica Feminina. É pelo mesmo motivo que evoca os elogios de Oswald de Andrade a Monteiro Lobato para desfazer a celeuma em torno do episódio da crítica à exposição Malfatti, e diz: “Só a completa ignorância da sua vida e da sua obra levará alguém de boa-fé a negar-lhe sinceridade e independência, entusiasmos e generosidade” (*idem*, p.246). No que diz respeito à sua atividade editorial no setor de livros infantis, afirma Cavalheiro: “não houve apenas renovação, e sim criação de algo novo. (...) o livro infantil brasileiro nasce, sem a menor dúvida, de ‘A Menina do Narizinho Arrebitado’” (*idem*, p.200-201). E adiante: “Em princípio de 1925 traçara grande programa de trabalhos. Dando um balanço na própria produção, acha criminoso não aproveitar onda tão favorável para empreender de uma vez por todas a renovação da literatura infantil no Brasil” (*idem*, p.267). E ainda: “Que estava criando, com tais narrativas, a literatura infantil brasileira, Monteiro Lobato não se dera conta” (*idem*, p.264).

Mais do que uma biografia e um estudo de crítica literária, Cavalheiro realizou um trabalho de necromancia. Para confrontar os detratores de Monteiro Lobato foi necessário invocar a alma do morto, recorrendo a textos perdidos, cartas que tiveram vida efêmera sob os olhos de leitores particulares, críticas positivas soltas em páginas de jornais e suplementos literários, memórias que era preciso colher antes que seus portadores virassem pó. É com a força de argumentos calcados na “alma” mesma do autor, isto é, sua “vocaçãõ”, que o biógrafo estabelece o lugar de Monteiro Lobato como fundador da literatura infantil brasileira. Por maior que fosse a consagração pública do autor nos anos imediatamente anteriores à sua morte, a biografia escrita por Cavalheiro é um indício disputas.